

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ**  
**COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO**

**MARIA CAROLINE FRANCISCO**

**SUBJETIVIDADE NA REPERCUSSÃO DO CONTEÚDO JORNALÍSTICO**  
**REPORTAGEM “MULHERES TRANS ENFRENTAM PRECONCEITO,**  
**ABANDONO E VIOLÊNCIA”**

**Ribeirão Preto**

**2021**

**MARIA CAROLINE FRANCISCO**

**SUBJETIVIDADE NA REPERCUSSÃO DO CONTEÚDO JORNALÍSTICO  
REPORTAGEM “MULHERES TRANS ENFRENTAM PRECONCEITO,  
ABANDONO E VIOLÊNCIA”**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado no Centro Universitário Barão de  
Mauá, como requisito básico para a  
conclusão do Curso de Comunicação Social  
com Habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Dra. Marilda Franco de Moura.

**Ribeirão Preto**

**2021**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

F893s

Francisco, Maria Caroline

Subjetividade na repercussão do conteúdo jornalístico: reportagem "Mulheres trans enfrentam preconceito, abandono e violência"/ Maria Caroline Francisco - Ribeirão Preto, 2021.

35p.il

Trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Dra. Marilda Franco de Moura

1. Repercussão 2. Subjetividade 3. Informar I. Moura, Marilda Franco de II. Título

CDU 070

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB<sup>8</sup>9878

**MARIA CAROLINE FRANCISCO**

**SUBJETIVIDADE NA REPERCUSSÃO DO CONTEÚDO JORNALÍSTICO**

**REPORTAGEM “MULHERES TRANS ENFRENTAM PRECONCEITO,  
ABANDONO E VIOLÊNCIA”**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado no Centro Universitário Barão de Mauá, como requisito básico para a conclusão do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo.

Data de aprovação: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Marilda Franco de Moura  
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

---

Ma. Gabriella Zauith Leite Lopes  
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

---

Jessica Amorim  
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

**Ribeirão Preto**

**2021**

*Dedico este trabalho a todos os profissionais da área da comunicação que trabalham de forma ética, lutando pela construção da credibilidade de seu nome na profissão.*

## **AGRADECIMENTO**

Abaixo de Deus, gostaria de agradecer aos meus pais, Rique e Débora, por nunca medirem esforços pra que eu tivesse a oportunidade de estudar e construir minha carreira profissional. Se hoje eu me tornei essa mulher que tem entusiasmo para percorrer uma trajetória de trabalho e lutar para conquistar meu próprio espaço, é devido ao incentivo que sempre recebi deles e do meu irmão Junior.

Deixo aqui meu profundo agradecimento às amizades tão importantes que construí na graduação. Cada um, da sua maneira, soube tocar minha alma de um jeito diferente, me ensinando a ser uma pessoa melhor a cada dia. Muito mais do que companheiros de profissão, tenho certeza que construí laços para a vida.

Gostaria de agradecer e enaltecer minha orientadora Marilda Franco de Moura, por ter aceitado o convite e dedicar-se minuciosamente em me orientar com excelência. Entretanto gostaria de agradecê-la principalmente por ter me acolhido logo no primeiro dia de faculdade. Eu me sentia como uma filha, que desde o início foi guiada e estimulada a dar o seu melhor e assim o fiz. Minha paixão pela área acadêmica ficou ainda maior durante o processo que percorremos juntas durante esses quatro anos.

“Explicar, ensinar, guiar, dirigir; (...) examinar os conflitos e não agravá-los com um juízo apaixonado; (...) propor soluções, amadurecê-las, torná-las fáceis; (...) estabelecer e fundamentar ensinamentos.

(Beltrão)

## RESUMO

A função do jornalismo é formar, informar e transformar a sociedade. A repercussão de uma matéria jornalística pode se desencadear de maneira positiva ou negativa, a partir da forma como as pessoas interpretam o conteúdo retratado. Sendo assim, é possível perceber que a subjetividade dessas interpretações recebe o impacto da atuação dos profissionais da área em questão. Nesse sentido, esta pesquisa analisa uma reportagem transmitida pela Rede Globo e que foi palco de uma repercussão que corrobora a influência da subjetividade nessa questão. A metodologia utilizada é o estudo de caso a partir da análise da reportagem, conduzida pelo Dr. Dráuzio Varella, com o tema “Mulheres trans enfrentam preconceito, abandono e violência” e o pronunciamento feito pelo médico após a repercussão da matéria em questão. Contudo, espera-se mostrar a eficácia da atuação profissional dos jornalistas sobre essa perspectiva.

**Palavras chave:** Formar. Informar. Transformar. Repercussão. Subjetividade.

## **ABSTRACT**

The role of journalism is to form, inform and transform society. The repercussion of a journalistic story can be triggered in a positive or negative way, based on the way people interpret the content portrayed. Thus, it is possible to see that the subjectivity of these interpretations is impacted by the performance of professionals in the area in question. In this sense, this research analyzes a report broadcast by Rede Globo and which was the stage of a repercussion that corroborates the influence of subjectivity in this issue. The methodology used is the case study based on the analysis of the report, conducted by Dr. DráuzioVarella, with the theme “Trans women face prejudice, abandonment and violence” and the statement made by the physician after the repercussion of the matter in question. However, it is expected to show the effectiveness of the professional performance of journalists under this perspective.

**Keywords:** Form. Inform. To transform. Repercussion. Subjectivity.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>ORIGEM E FUNÇÕES DO JORNALISMO.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>SUBJETIVIDADE E ÉTICA JORNALÍSTICA .....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>A INFLUÊNCIA DA SUBJETIVIDADE NO TRABALHO DA IMPRENSA .....</b>	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A atividade jornalística surge com o intuito de “formar, *informar* e transformar” as pessoas por meio da disponibilização de informações de cunho social. Formar, no sentido de contribuir com a construção de uma sociedade não alienada, fazendo com que a população tenha ciência dos acontecimentos que impactam socialmente, proporcionando, assim, a formação de opiniões diante dos fatos. Já o item Informar diz respeito ao acesso a esse conteúdo, aos assuntos que fazem parte do dia a dia do cidadão e que o incluem como participante ativo dentro dessa sociedade. O direito à informação, atualmente, é garantido constitucionalmente na nação brasileira.

Por conseguinte, vê-se o poder de transformação que a comunicação permite; considerando o fato de que os veículos de comunicação são os agentes responsáveis por emitirem as notícias, quando os indivíduos (que são os receptores destas informações) passam a ter mais conhecimento sobre elas já podem começar a agir e se manifestar de acordo com o que consideram plausível mediante os fatos, transformando assim a realidade ao redor. Com isso, vê-se a função do jornalismo como ferramenta integrante do exercício dos direitos do homem cidadão. A visão de Wolton (2004) embasa essa questão, visto que integrar um cidadão é também orientá-lo sobre o que acontece dentro da sua própria nação; muni-lo de informações necessárias para que possa opinar, votar, contudo participar das questões sociais de onde vive. Sendo assim, o profissional jornalista por sua vez é o encarregado de proporcionar esse feito ao cidadão. "O volume cada vez maior de informações reforça o papel do jornalista como mediador entre o mundo e os cidadãos." (WOLTON, 2004, p. 311)

Com o impacto e influência social que as empresas de comunicação têm sobre os indivíduos, foi necessária a criação de alguns parâmetros a serem seguidos para que a atuação dos profissionais do ramo não se efetivasse a partir de interesses pessoais. Dentre eles, pode-se ressaltar a Imparcialidade como um fator fundamental durante a produção dos noticiários que constarão as informações da atualidade. O profissional responsável por esse setor dentro da empresa, não pode criar, redigir ou emitir quaisquer conteúdos e informações derivados de sua opinião particular.

A razão pela qual isso se tornou uma norma ética é que, o jornalismo tem a função de contribuir com a livre construção da opinião pública, e não de induzi-la. Nesse cenário, então, estabeleceu-se o Código de Ética do jornalismo que, por sua vez, deve orientar os profissionais dentro em sua atuação, prezando a seriedade e a integridade dos valores da profissão. Além disso, o Código de Ética também aponta as regras que visam a

responsabilidade do indivíduo com a informação e com a sociedade. Enfim, para que essa questão seja executada de acordo com o que fora estabelecido, a Fiscalização como um parâmetro responsável pela “vistoria” do cumprimento dessas normas também se fez um fator imprescindível para a consolidação do jornalismo profissional que trabalha para atender ao interesse público.

Não basta apenas analisar a ética da conduta jornalística sobre os meios de comunicação para definir a forma como uma informação chega até o receptor da mensagem. É preciso evidenciar que, a recepção da informação também se concretiza a partir da interpretação dos fatos. O olhar do autor Beltrão (1992) sobre essa questão antecipa os chamados “Estudos de Recepção” que compreendem o público como uma audiência ativa. Em outras palavras, pode-se dizer que essa audiência não funciona como um receptor passivo que não reage às notícias, mas desempenha um importante papel no processo da codificação da informação ao proporcionar significado à elas e ressignificá-las mediante novas informações adjacentes. “Os relatos e as ideias expressas pelos veículos jornalísticos têm o propósito de permitir ao homem um pronunciamento, uma decisão, de impulsioná-lo à ação.(BELTRÃO, 1992, p. 99).

Tendo em vista essa questão, eis o poder de transformação do jornalismo dentro da sociedade. É por meio da interpretação dos fatos que as pessoas passam a “responder” às informações que recebem. No primeiro momento, a interpretação ocorre de maneira subjetiva em relação a cada receptor (leitor, ouvinte, telespectador) dos veículos de comunicação. O indivíduo consome a notícia então veiculada e tem seu próprio entendimento, formando seu juízo de valor sobre o fato (julga a matéria considerando o que acha certo ou errado).

A configuração desse trajeto de leitura e interpretação de uma notícia pode ser vista no artigo de Vicente Medeiros (2011), “Quando emitida, causa um efeito no seu receptor, que é informado, sulcado e reage, consciente ou inconscientemente” (MEDEIROS, 2011, p. 7). Já no segundo momento, as respostas mediante as informações recebidas se darão de acordo com essa opinião formada após ter interpretado a notícia. Essa resposta é o que configura a ação social, ao movimento que será originado diante das informações circuladas. Assim, inicia-se o processo de repercussão da notícia.

Por outro lado, a atividade jornalística atua na produção informações e que de certa forma carregam em si indícios de subjetividade na descrição. Algumas vertentes de repercussão podem ser desencadeadas devido à diferentes percepções abordadas pela imprensa, mesmo que se retratando de uma mesma temática. Diante do exposto, o que propõe-se, nesta pesquisa, é analisar a forma como a subjetividade da imprensa influencia na

repercussão do conteúdo jornalístico. Para chegar a tais resultados, fez-se um estudo de caso sobre a reportagem conduzida pelo Dr. Dráuzio Varella, emitida pelo programa Fantástico da Rede Globo com o tema “Mulheres trans enfrentam preconceito, abandono e violência”.

Esse trabalho tem como objetivo analisar a forma como a subjetividade da atuação jornalística pode estar presente e influenciar no caráter positivo ou negativo da repercussão de uma matéria, analisar a reportagem conduzida pelo Dr. Dráuzio Varella, identificar o sentido das expressões usadas nos veículos de informação, mostrar o impacto da imprensa sobre a repercussão de um fato e analisar a subjetividade na atuação do serviço jornalístico.

A pesquisa é importante para embasar o fato de que o juízo de valor feito pelas pessoas diante de uma matéria jornalística, às vezes, pode ser influenciado pela subjetividade da atuação da imprensa. Mostra-se que, por mais que os profissionais atuem mediante o Código de Ética no exercício de sua profissão, diferentes sentidos de uma mesma notícia podem ser reproduzidos entre os veículos. E assim, revelará o impacto social dessa questão no que diz respeito à repercussão de informações.

Fez-se um estudo de caso a partir da análise da reportagem conduzida pelo Dr. Dráuzio Varella, emitida pelo programa Fantástico da Rede Globo com o tema “Mulheres trans enfrentam preconceito, abandono e violência”. Utilizou-se referências bibliográficas para embasar o trabalho.

## 2 ORIGEM E FUNÇÕES DO JORNALISMO

A atividade jornalística surge com o intuito de “informar, formar e transformar” as pessoas por meio da disponibilização de notícias de cunho social. Esse compilado está diretamente relacionado a uma prática profissional que integra um conjunto de recursos cognitivos, afetivos, éticos, eficazes e eficientes, das ações exercidas pelos jornalistas. Existem critérios a serem seguidos para que a informação chegue de forma verídica a quem a consome. Além disso, o direito informacional atualmente é garantido constitucionalmente na nação brasileira.

A função de “informar” é a atividade de compartilhar informações para um grupo de pessoas. Esse compartilhamento, no cunho jornalístico, deve ser feito de forma apurada e filtrada para que não haja a disseminação de notícias falsas que possam desorientar o grupo. A finalidade é integrar os indivíduos ao que acontece na realidade em que vivem. Essa realidade, hoje, pode ser compartilhada por meio de textos em redes sociais, vídeos reportagens e noticiários gravados.

Nesse sentido, a abrangência de uma mesma informação adquire grandes proporções por existir a possibilidade de ser “espalhada” em formatos diferenciados. Por conseguinte, a atividade jornalística existe para que, independente do meio no qual uma informação é veiculada, o serviço social do jornalismo se efetive de maneira coerente com suas funções.

A função de “formar” é postulada no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade não alienada, fazendo com que a população tenha ciência dos acontecimentos que impactam socialmente, proporcionando, assim, a formação de opiniões diante dos fatos. Exemplificando essa questão, em períodos de eleições, quando uma cidade passa por grandes reformas e transformações políticas dentro de seu território, é imprescindível que a população seja inteirada do que está sendo feito.

Tendo em vista a participação social democrática, as pessoas terão direito de opinar sobre tais ações e, em seguida, participar das votações. Dessa forma, o acesso à informação sobre essas questões é o que acarretará a formação da opinião pública. Esse conjunto de compartilhamento de informação e troca de opiniões é o que precede movimentos sociais. Para que um grupo de pessoas tenha uma opinião formada sobre um fato, é necessário que haja uma reflexão sobre a proporção que este tem na dinâmica social.

Uma reflexão sobre essa questão se faz necessária, uma vez que os indivíduos se tornam agentes ativos da informação, mesmo quando não estão inseridos nela. Uma pessoa

com acesso a um novo conhecimento pode utilizá-lo para criar perspectivas referentes a determinado assunto e para tomar ações mediante o que aprendeu. O mesmo acontece com os conteúdos jornalísticos quando chegam aos seus receptores (ouvintes, leitores, internautas e telespectadores); ao ter conhecimento sobre os fatos, o público tende a criar perspectivas e interpretações. Há, então, uma reflexão sobre o impacto que determinados fatores podem ou não ter no cotidiano possibilitando o público de formar opiniões.

O leitor de hoje não quer apenas saber o que aconteceu à sua volta, mas assegurar-se de sua situação dentro dos acontecimentos. Isto só se consegue com o engrandecimento da informação a tal ponto que ela contenha os seguintes elementos: a dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação com outros fatos, a incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro [...](BELTRÃO, 1980, p. 45).

Por conseguinte, vê-se o poder de “transformação” que a comunicação permite, considerando o fato de que os veículos de comunicação são os agentes responsáveis por emitirem as notícias, quando os indivíduos (que são os receptores destas informações) passam a ter mais conhecimento sobre elas; agora já podem começar a agir e a se manifestar de acordo com o que consideram plausível, mediante os fatos, transformando assim a realidade ao redor. Com isso, vê-se a função do jornalismo como ferramenta integrante do exercício dos direitos do homem cidadão, dentro de uma nação democrática. Eis que o homem, tomando ciência e entendimento de sua realidade, por meio da recepção da informação, passa a participar e integrar-se de tudo o que pertence a sua localidade e até mesmo fora dela.

Beltrão (1980), em sua obra “Jornalismo Opinitivo”, traz uma reflexão acerca da transformação social, proveniente do poder jornalístico. Em suma, o público (receptor) não é apenas um agente passivo e sem voz ativa diante do que acontece no mundo. Com o conhecimento dos fatos, é possível participar, interferir, opinar, discordar e até mesmo recorrer a uma mudança de perspectiva sobre a realidade dos fatos. Dessa forma, ao mudar-se a perspectiva, muda-se também a ação e o posicionamento desse receptor diante da informação absorvida.

Os relatos e as idéias expressas pelos veículos jornalísticos têm o propósito de permitir ao homem um pronunciamento, uma decisão, de impulsioná-lo à ação. A sociedade, como o indivíduo, não pode escapar à evolução; o jornalismo, sem pretender traçar roteiros e exatos, atua como propulsor da ação individual, ao oferecer à massa a sumária e, por vezes, superficial análise superficial dos acontecimentos. (BELTRÃO, 1980, p. 99)

Não é de caráter do jornalismo, proporcionar uma visão específica sobre os fatos. A função clara e ética da profissão é esclarecer o receptor sobre acontecimentos verídicos, mostrando uma visão imparcial sobre temáticas socialmente relevantes, existentes no meio em

que se vive. A visão específica, mediante o que é retratado, será originada a partir da interpretação de tais fatos que, por sua vez, será formulada pelos próprios receptores após os mesmos terem “consumido” a informação. Nesse sentido, a liberdade de expressão, presente nas normas da atual república democrática brasileira, permite que leitores, internautas, ouvintes e telespectadores de jornais possam expressar-se de maneira autônoma.

Nenhuma interpretação será vetada e nenhum juízo de valor será considerado proibido. Dessa forma, eis o primeiro aspecto da subjetividade do receptor impactando no serviço jornalístico: As pessoas são livres para compartilhar e debater as informações da maneira que desejarem e da forma como interpretarem aquele conhecimento adquirido. Para o investigador, as pessoas que consomem notícias e participam das repercussões são agentes que constituem o campo jornalístico. Ele ainda cita como exemplo:

O caso do reclamante, do redator de “carta dos leitores”, do produtor da “opinião do ouvinte”, dos correspondentes voluntários, que noticiam, comentam, criticam, apelam, denunciam e opinam sobre tudo quanto ocorre na sua rua, no seu bairro, na sua cidade, sobre os temas e os problemas em foco. (BELTRÃO, 1992, p. 113)

É necessário ressaltar algumas passagens importantes da história da imprensa no Brasil que demonstram a forma como a atividade foi se consolidando até configurar suas funções hodiernas. O mais antigo jornal, datado na história, é o chamado Acta Diurna, que surgiu por volta de 59 a.C., intencionado pelo Imperador Júlio Cesar em Roma, que objetivava informar a população sobre os fatos sociais e políticos que ocorriam em seu império bem como as diretrizes do governo vigente. Essa questão demonstra o fato de que o jornalismo, desde os primórdios de sua existência, visava integrar a população sobre o que acontecia na região.

Mesmo em um período de absolutismo, onde as informações eram controladas e manipuladas dentro do regime presente em Roma, ainda assim a função inicial daquele novo serviço visava, além da congregação ideológica, o compartilhamento de notícias. Por conseguinte, nota-se neste período o início do surgimento do profissional conhecido como “jornalista”, pois foi ali que alguns indivíduos começaram a ser correspondentes do império Romano, buscando notícias para “alimentar” o jornal com informações.

A Acta Diurna era um jornal escrito em tábuas de pedras e suspenso nas praças públicas da região para que a população pudesse fazer a leitura e inteirar-se do que acontecia no governo. Com o preço elevado do papel na época em questão, muitas pessoas não tinham condição de comprar um jornal manuscrito. Portanto, o imperador fundou esse conceito do

jornal nas pedras para que até mesmo a parcela social menos favorecida pudesse ter acesso às informações. Com isso, é notório que a abrangência que Júlio César pretendia atingir era de caráter universal, pois a intenção não era fazer com que as mensagens escritas chegassem apenas para os ricos da época, mais sim para a população de modo geral, sem restrições.

**Figura 1 – A Acta Diurna**



Fonte: <https://www.comuniquetres.com.br/single-post/2017/09/27/voc%C3%AA-sabe-de-onde-vem-o-jornal-entenda-a-import%C3%A2ncia-desse-meio-de-comunica%C3%A7%C3%A3o>.

Ao refletir sobre a função inicial do jornalismo, com embasamento teórico na origem da Acta Diurna, deve-se colocar em questão o tempo que as informações demoravam a ser veiculadas para que só então chegasse até os seus receptores (cidadãos; público alvo). Por ser um trabalho totalmente manual, era necessário cerca de dois dias para que a informação de acontecimentos já passados fosse publicada para o povo.

Entretanto, essa situação passou a ser modificada quando o alemão Johannes Gutenberg inventou a prensa de papel, um feito muito grande para a época e que trouxe o início de uma revolução dentro da comunicação social. A invenção de Gutenberg teve um grande impacto não somente no governo, mas na vida das pessoas, pois possibilitava a impressão de vários jornais ao mesmo tempo. Com isso, as notícias publicadas nos veículos começaram a ser factuais, coexistindo e atingindo o público-alvo em uma velocidade maior.

A revolução, na época, teve um impacto de proporções altamente consideráveis. Alguns autores afirmam que a prensa de papel de Gutemberg foi determinante para que transformações sociais ocorressem e, tendo em vista o cenário em questão, esse fator foi o que tirou o mundo de vez da Idade Média, levando-o para a Era da Renascença, com o despertar definitivo da ciência e do jornalismo profissional.

Desde então, o grande evento ocorreu em 1493, com a prensa móvel de Gutenberg, que possibilitou a divulgação de livros e jornais de forma extremamente rápida para a época. Esse é considerado o invento mais importante da modernidade, pois influenciou a Renascença e o Iluminismo, criando a tecnologia para o ensino em massa e a democratização do conhecimento (CAMPANÁRIO, 2012, p. 3).

**Figura 2 – Museu Gutemberg reconstrói história da tipografia**



Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/museu-gutemberg-reconstr%C3%B3i-hist%C3%B3ria-da-tipografia/a-16747104>.

O autor ainda ressalta alguns períodos que foram importantes para determinadas transformações nos meios de comunicação e que consolidam um cenário de avanço. Tais avanços foram responsáveis por acelerar a disseminação de informações bem como transportar as mensagens de maneiras diferenciadas até os seus receptores. O acesso ao que se pode chamar de conhecimento, como já dito anteriormente, foi se tornando cada vez mais abrangente e inclusivo.

Em 1844, o telégrafo foi inventado e provocou uma reviravolta na forma de distribuição da informação escrita. Já a invenção do rádio, em 1920, trouxe novas possibilidades, ampliadas com a introdução da televisão nos anos 1940. Esses inventos provocaram brusco impacto sobre a circulação de jornais, revistas e livros impressos e abriram novas fronteiras de comunicação (CAMPANÁRIO, 2012, p. 3).

Dessa forma, os modelos tradicionais de comunicação estão presentes na sociedade desde então e a função do jornalismo prevalece pertinente a sua finalidade inicial, informar a sociedade sobre assuntos factuais, possibilitar a formação de opiniões, bem como transformar perspectivas e posicionamentos. Assim, com o passar dos anos, eis que um novo modelo de comunicação é desenvolvido e novamente uma transformação se inicia, mas dessa vez com uma dimensão inimaginável para a época. Com o avanço das tecnologias, a internet chega para maximizar a velocidade e a entrega de diferentes tipos de conteúdo dentro da esfera social. Assim como, no período romano, o jornal “Acta Diurna” foi elaborado para alcançar todas as esferas sociais, desde as menos favorecidas até a classe mais alta, a internet

tornou-se um veículo, também, abrangente e íntegro em sua finalidade. A nova ferramenta, atualmente, é potencializadora da globalização. Além de facilitar a interlocução entre indivíduos de localidades distintas (cidades, estados, países.) a internet também permite a disseminação de toda e qualquer informação em tempo real.

A função primordial do jornal é difundir informações e conhecimento. Uma revolução radical está em curso. A Internet e as mídias digitais avançam sobre as formas tradicionais de comunicação, tornando a nuvem de informações e conteúdos digitais disponível em todos os lugares a custos cada vez mais reduzidos. Texto, imagem e som convergem para dar uma dinâmica muito mais atraente aos jornais on-line. Novas inovações são introduzidas todos os dias de forma dinâmica nesse novo universo, revolucionando o jornal como meio de comunicação e como negócio. Mesmo livros e revistas científicas, criados para trazer conteúdos mais densos, estão sendo atraídos pela Internet (CAMPANÁRIO, 2012, p. 3).

Apesar das características positivas e de sua multi utilidade, o atual modelo de comunicação na internet também comporta características que podem modificar alguns sentidos e perspectivas sobre o conteúdo que é disseminado em sua rede. As informações dispostas ali são compartilhadas, replicadas e transcritas de maneira muito rápida e não controlada. Sendo assim, uma parcela do que é compartilhado pode ser excluído ou até mesmo modificado pelos internautas que acessam tais mensagens.

A internet possibilita a produção e edição de informação não só para profissionais jornalistas, mas também para qualquer pessoa que venha acessá-la. Por conseguinte, o conteúdo existente ali, muitas vezes deixa de ser filtrado. Esse fato é o que origina produção de “fake news”, como são chamadas as notícias falsas ou distorcidas. Além disso, muito mais que a amplificação errônea de mensagens factuais, é na internet que se pode encontrar a duplicidade de sentidos de uma mesma informação.

Todo conteúdo, disposto nos meios de comunicação tradicionais ou na internet, pode ser interpretado de diferentes maneiras. Isso se dá devido à subjetividade da interpretação, que ocorre de maneira singular de pessoa para pessoa. Tendo visões de mundo diferentes, na internet, os usuários podem descrever e publicar conteúdos de acordo com a forma como interpretaram os assuntos que têm acesso.

Segundo Beltrão (1992, p. 65-66), o jornalismo é “a informação dos fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum”. O autor também afirma que os fatos são noticiados a partir de uma realidade existente e que será transmitida de maneira imparcial. Porém, essa prática, de cunho profissional para a aplicação nos veículos de comunicação, não se fundamentará em

percepções subjetivas. Em outras palavras, pode-se dizer que não retratará o juízo de valor que os atuantes jornalistas têm sobre tal realidade e, portanto, será disseminada enfatizando os acontecimentos predominando apenas o juízo de fato.

Nesse sentido, é possível perceber que o jornalismo profissional visa articular informações retratando cenários sociais para que a população tenha conhecimento da realidade em que vivem. Hoje, os noticiários seguem diretrizes para que as mensagens cheguem aos receptores, carregadas de relevância, notoriedade e atualidade. A relevância diz respeito à importância do fato no contexto social que justifica a publicação de determinada informação. Notoriedade é a característica que coloca um fato na posição de ser destaque dentre temáticas abordadas no cotidiano. Sucessivamente, é a atualidade o fator principal para que qualquer informação seja transmitida nos canais de comunicação, sejam eles tradicionais ou digitais.

O autor faz uma ressalva dessas características para embasar a noticiabilidade proporcionada pelo jornalismo. “O jornalismo vive do cotidiano, do presente, do efêmero, procurando nele penetrar e dele extrair o que há de básico, fundamental e perene, mesmo que essa perenidade valha por alguns dias ou por algumas horas” (BELTRÃO, 1992, p. 70).

É nesse contexto que a subjetividade da interpretação está vinculada ao trabalho jornalístico. Quando os profissionais da área exercem sua função, selecionando assuntos para serem veiculados, o conteúdo é publicado nos canais de comunicação para o público. Nesse contexto, pode-se levar em consideração todos os receptores (leitores, ouvintes, telespectadores e internautas). Quando este conteúdo é recebido, a repercussão do mesmo se dará a partir da forma como foi interpretado.

Uma notícia interpretada de maneira positiva, terá uma repercussão pertinente à essa análise. Da mesma forma, uma notícia recebida e interpretada com percepções negativas, será repercutida com o mesmo caráter. Lage (1998), postula sobre essa característica onde a subjetividade dos indivíduos influencia diretamente a repercussão de uma informação.

No entanto, a verdade dos fatos subjetivos é difícil de estabelecer, mesmo com base nos depoimentos de quem os vivenciou. Há várias razões para isso: além do viés indefinível dos sentimentos, a conveniência de expressá-los conforme tipologias definidas pelo código cultural, a preocupação de cada um com a própria imagem (a representação que dele farão os outros) (LAGE, 1998, p. 43).

E, assim, eis que a atuação dos jornalistas, mesmo que efetuada seguindo o código de ética da profissão, pode ser questionada quando uma notícia aparentemente tem um viés desajustado. O desajuste da informação está na negatividade aparente do que é transmitido.

Tudo aquilo que não é considerado moralmente aceito dentro dos padrões culturais, pode afetar a repercussão de um conteúdo e injustamente atrapalhar a credibilidade do serviço jornalístico, mesmo que esse juízo de valor negativo tenha sido construído por apenas uma parcela de pessoas devido à subjetividade da interpretação.

### 3 SUBJETIVIDADE E ÉTICA JORNALÍSTICA

A ética jornalística é um critério exigido no exercício da profissão dos jornalistas. Seguindo diretrizes que respeitem a moral social e a atuação legal do profissional, o código de ética foi implantado para que o atuante, bem como as pessoas envolvidas na atividade, esteja com seus direitos resguardados por normas ali estabelecidas. Qualquer infração do código pode acarretar em prejuízos para a credibilidade do jornalista. Portanto, uma vez que ter um “nome confiável” é fator requisitado para poder consolidar uma carreira de sucesso no jornalismo, garantindo autoridade na área, zelar pelo cumprimento da ética é primordial.

Com o impacto e influência que as empresas de comunicação têm sobre os indivíduos, foi necessária a criação de alguns parâmetros a serem seguidos para que a prática jornalística não se efetivasse a partir de interesses pessoais. Dentre eles, pode-se ressaltar a “imparcialidade” como um critério fundamental durante a produção dos noticiários que emitirão informações, retratos sociais do cotidiano atual. Dentro da função clara do jornalismo, os responsáveis que ali trabalham, não podem criar falácias em suas produções, redigir ou gravar quaisquer conteúdos derivados de sua opinião particular sobre determinado fato, com exceção dos momentos em que o público receptor (ouvinte, telespectador, leitor ou internauta) for previamente avisado de que se trata de um artigo de opinião ou comentário pessoal que será emitido.

Tudo aquilo que “vira notícia” conseqüentemente torna-se também a realidade construída no imaginário social acerca de diferentes perspectivas do mundo. Sendo assim, é importante ressaltar que os valores aparentes, transmitidos por essas notícias, terão influência no modo de vida do corpo social e na forma como os fatos serão recebidos. Essa questão é válida tanto para aspectos positivos como para aspectos negativos no comportamento social. Contudo, pode-se fazer uma reflexão sobre qual realidade social vem sendo construída sob a prática do discurso jornalístico. É nesse sentido que a ética jornalística existe para mediar os efeitos que a atividade tem sobre a população. É refletindo sobre esse cenário que Beltrão (1992) afirma que a Imprensa deve ser o agente mais fiel defensor da dignidade da pessoa humana e do respeito que merece.

Dessa forma, os profissionais da área, ao compartilharem informações nos veículos de comunicação tradicionais ou digitais, precisam estar cientes de que todo conteúdo deve ser produzido com imparcialidade, apenas retratando a temática que foi escolhida e filtrada. A razão pela qual isso se tornou uma norma ética é que, o jornalismo, tem a função de contribuir com a informatização da população e proporcionar a livre formação de opinião

pública, e não a função de induzi-la. Assim, estabeleceu-se o Código de Ética do jornalismo em 1949, que por sua vez deve orientar a atuação jornalística, prezando a seriedade e a integridade dos valores da profissão. O artigo 6º do código expressa algumas das responsabilidades dos profissionais:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; II - divulgar os fatos e as informações de interesse público; III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão; IV - defender o livre exercício da profissão; V - valorizar, honrar e dignificar a profissão; VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha; VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação; VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão; IX - respeitar o direito autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas; X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito; XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias; XII - respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria; XIII - denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética competente; XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza (CÓDIGO DE ÉTICA, 1986, p.2).

Além das responsabilidades citadas, há outras vertentes que complementam a conduta expressa no código. Sempre que houver suspeita de manipulação ou controle das informações, é preciso que os próprios profissionais fiscalizem e busquem as medidas necessárias para cessar a infração. É importante não se valer da profissão para obter vantagens, suprir necessidades e/ou interesses pessoais também, como reforçado no artigo 7º. A partir dessa questão, é válido ressaltar que as empresas e veículos de comunicação que atuam seriamente no ramo, devem estar comprometidos com a coerência do trabalho e da equipe, prezando o bom funcionamento do jornalismo dentro da sociedade.

O código, além de servir como um mecanismo de direção para a boa conduta, também aponta as incumbências que os profissionais devem ter com seus companheiros de trabalho. Em um quadro de equipe, a “fiscalização interna” funciona como uma “vistoria” do cumprimento das normas estabelecidas. Nesse sentido, pode-se dizer que todo jornalista pode e deve fiscalizar outros jornalistas para verificar se a ética está sendo cumprida. Assim, quando for detectada qualquer infração, é de responsabilidade do mesmo comunicar a Comissão de ética; órgão responsável por avaliar tais casos.

O autor Beltrão desenvolve em sua obra argumentos acerca dos valores humanos para formação e atuação do jornalista. Ele argumenta as formas como o jornalismo se expressa, e dessa forma, é ressaltada a evolução da profissão e da maneira como o conteúdo é

produzido na atividade. “Explicar, ensinar, guiar, dirigir; (...) examinar os conflitos e não agravá-los com um juízo apaixonado; (...) propor soluções, amadurecê-las, torná-las fáceis, submetê-las à censura, reformá-las; (...) estabelecer e fundamentar ensinamentos (Beltrão, 1992, p. 61).

As Comissões de Ética existem como órgãos fiscalizadores. Além de julgar e monitorar as transgressões dos profissionais diante do código de ética do jornalismo, ela é estabelecida para garantir que os profissionais respeitem as normas, os parâmetros de conduta profissional, visando a integridade da profissão e sua seriedade com a responsabilidade social como dito anteriormente. Beltrão ainda defende o ideal de justiça para penalizar os transgressores das normas, e que por consequência, podem ferir à moral e a ética da sociedade:

Um jornalismo divorciado da moral ou que menospreze os princípios éticos que informam o espírito humano e o nobilitam será, talvez, temido pela sua força destrutiva; jamais será, porém acatado e desrespeitado pelo homem, quer como ser isolado quer como membro da comunidade. E dia virá em que, denunciado como instrumento de corrupção, será riscado da estrutura social, substituído por uma nova instituição que, efetivamente, corresponda aos anelos de uma humanidade consciente dos seus caminhos e do seu destino temporal e eterno (BELTRÃO, 1992, p. 179).

Sendo assim, é a Comissão de Ética que fica responsável por divulgar, de modo público, quando um jornalista fere os princípios do código de ética, cometendo infração não somente às normas que o constituem, mas também a tudo o que pode ferir as pessoas envolvidas em determinada atividade jornalística (entrevistados, vítimas de noticiários, companheiros de trabalho, entre outros). Dessa forma, os membros que compõem a Comissão podem recorrer à FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e solicitar que eles façam a denúncia ao Ministério Público em situações mais graves como as infrações ao código que podem configurar um crime por exemplo.

Beltrão (1992, p. 65-66) afirma que todo fato que é noticiado, é interpretado a partir de uma realidade. Segundo ele, o jornalismo é: “a informação dos fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum”. Porém, essa interpretação, se de cunho profissional para a aplicação nos veículos de comunicação, não se dará de maneira subjetiva. Ou seja; não retratará o juízo de valor que os atuantes jornalistas têm sobre tal realidade. Portanto, ela será disseminada enfatizando os acontecimentos predominando apenas o juízo de fato.

Não basta apenas analisar a ética da conduta jornalística sobre os meios de

comunicação para definir a forma como uma informação chega até o receptor da mensagem. É preciso evidenciar que, a recepção da informação também se concretiza a partir da interpretação dos fatos e essa por sua vez, ocorre de maneira subjetiva. São esses conceitos que compreendem o público como uma audiência “ativa”. Em outras palavras, pode-se dizer que essa audiência não funciona como um receptor passivo, que não reage às notícias, mas desempenha um importante papel no processo da codificação da informação ao proporcionar significado a elas e, por consequência, ressignificam os sentidos mediante novas informações adjacentes:

“Os relatos e as idéias expressas pelos veículos jornalísticos têm o propósito de permitir ao homem um pronunciamento, uma decisão, de impulsionalo à ação. A sociedade, como o indivíduo, não pode escapar à evolução; o jornalismo, sem pretender traçar roteiros e exatos, atua como propulsor da ação individual, ao oferecer à massa a sumária e, por vezes, superficial análise superficial dos acontecimentos (BELTRÃO, 1992, p. 99).

Além das funções técnicas do jornalismo, é válido ressaltar o impacto de elementos pertencentes à atualidade na atividade. Pensando na liberdade de expressão do público, receptor de informação (leitores, ouvintes, telespectadores e internautas), hoje é necessário abordar a variabilidade das manifestações dessas expressões. A interpretação, que os indivíduos fazem de uma notícia veiculada, está atrelada à subjetividade existente no momento de recepção das mensagens (conteúdo jornalístico). “Aparentemente neutra, a informação sempre age no sujeito com o qual tem contato. Quando emitida, causa um efeito no seu receptor, que é informado, sulcado e reage, consciente ou inconscientemente” (MEDEIROS, 2011, p. 7). Assim, vê-se que as reações (manifestações) são desencadeadas a partir da produção do conteúdo quando disposto nos veículos de comunicação, sejam eles tradicionais ou digitais (internet).

Dessa forma, é possível afirmar que atividade jornalística se consolida em dois pilares principais. O primeiro é construído a partir de quem coleta, filtra e dissemina a informação, o jornalista, e que unido aos veículos de comunicação, cumpre sua função de compartilhar os fatos. Já o segundo se estabelece em quem “consume” tais fatos, o público alvo, aquele que é receptor das informações, interpreta e reage mediante o entendimento que obteve sobre a informação. O jornalismo existe para que se atenda á necessidade do interesse público no que diz respeito à informatização e inserção do ser humano como cidadão inteirado sobre assuntos cotidianos. Beltrão reflete sobre essa característica “função educativa, visando esclarecer a opinião pública para que sinta e aja com discernimento, buscando o progresso, a paz e a ordem da comunidade” (BELTRÃO, 1960, p. 62).

Eis o poder de transformação do jornalismo dentro da sociedade; é por meio da

interpretação dos fatos que as pessoas passam a “responder” às informações que recebem. No primeiro momento, a interpretação ocorre de maneira subjetiva em relação a cada receptor dos veículos de comunicação, seja ele leitor, ouvinte, telespectador ou internauta. O indivíduo consome a notícia então veiculada e tem seu próprio entendimento, formando seu juízo de valor sobre o fato (julga a matéria considerando o que acha certo ou errado). Já no segundo momento, as respostas mediante as informações recebidas se darão de acordo com essa opinião formada após ter interpretado a notícia. Essa resposta é o que configura a ação social, o movimento que será originado diante das informações circuladas. Assim, inicia-se o processo de repercussão da notícia.

Todo cidadão tem direito a informação. Em uma república democrática, como o Brasil, este é um direito integrado à cidadania. Arelado a isso, no Código de Ética observa-se dois artigos que merecem ser colocados em questão. “Artigo 11- O jornalista é responsável por toda informação que divulga, desde que o seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros” (Código de ética, 1986, p.2). Dessa forma, fica sob responsabilidade do profissional todo conteúdo que ele repassa à comunidade, podendo responder legalmente por seus atos. Entretanto, quando uma notícia é propagada e desencadeia uma repercussão de caráter negativo, como é “julgado” o profissional que a produziu? Se a repercussão se dá com a liberdade de expressão social das pessoas mediante os fatos, pode essa liberdade influenciar na credibilidade da atividade jornalística?

Uma reflexão sobre tal questão se faz necessária. “Um povo apto à defesa da liberdade estará sempre vigilante, a exigir a prática de um jornalismo responsável” (BELTRÃO, 1960, p. 185). No entanto, as notícias, mesmo que produzidas seguindo as diretrizes da ética moral normativa da profissão, podem ter seus fazedores questionados quando repercute de maneira distorcida. Nesse caso, não é a distorção como manejo de fake news que está sendo abordada, mas sim distorção no que diz respeito à temática central de um conteúdo, que fora compartilhado e pode ser desdobrado em várias perspectivas. É esse acontecimento que dá início ao questionamento da responsabilidade moral de quem maneja os instrumentos de informação.

Para Lévy (2004), as informações quando recebidas pelos indivíduos, se encontram armazenadas em “redes associativas” esquematizadas e ordenadas na memória de longo prazo. Assim, as perspectivas criadas mediante uma informação e a visão de mundo que uma pessoa pode ter, são construídas baseadas nas memórias que essa pessoa possui. O autor explica: “Dada à arquitetura do sistema cognitivo humano, é muito mais rápido e econômico recorrer aos esquemas já prontos de nossa memória de longo prazo” (LÉVY, 2008, p. 98).

Pode-se dizer que, ao interpretar um novo fato que lhe é apresentado, o ser humano tende a fazer correlações com fatos anteriormente já conhecidos e armazenados em sua memória. A subjetividade está atrelada a esse mecanismo pois as pessoas possuem experiências de vida diferentes e, ressaltando a individualidade das vivências, os conhecimentos correlacionados na memória também são diferentes. Nesta perspectiva, é possível dizer que as pessoas acrescentam seu “conhecimento prévio” a toda informação nova que é recebida e em seguida há a atribuição de um significado, uma contextualização da informação. É nesse sentido que uma pessoa passa a ter juízo de fato, e somado à interpretação, o juízo de valor é construído.

É subjetivo o jeito de interpretar uma notícia e formular um juízo de valor sobre uma notícia e sobre o profissional que maneja sua produção. Seja positivo ou negativo, o julgamento se dá por correlações pessoais de pensamentos que o indivíduo fez, e não pela análise intrínseca da atuação do jornalista. A partir disso, a pessoa, que desdobra algum juízo de valor sobre noticiários e compartilha opiniões, já está participando ativamente da atividade jornalística, no que diz respeito a repercussão de um conteúdo. “O pensamento se dá em uma rede na qual neurônios, módulos cognitivos, humanos, instituições de ensino, línguas, sistema de escrita e computadores se interconectam, transformam e traduzem representações” (LÉVY, 2008a, p. 135).

Dessa forma, fica claro que, assim como a interpretação de um fato está atrelada à subjetividade de cada pessoa, o que configura modelos mentais que compartilham representações, pensamentos e opiniões, a repercussão de um conteúdo também está interligada à subjetividade. Ademais, a ética jornalística ainda assim é aplicada mesmo em cenários questionáveis.

#### 4 A INFLUÊNCIA DA SUBJETIVIDADE NO TRABALHO DA IMPRENSA

A subjetividade da interpretação pode desencadear várias vertentes de repercussão de um mesmo conteúdo jornalístico. Com isso, a atividade jornalística acaba sendo influenciada pela participação ativa de seu público, seja ele ouvinte de rádio, telespectador de TV, internauta de redes sociais ou leitor de jornal impresso. Participar ativamente da atividade está ligado ao fato de poderem replicar conteúdos, falar sobre os acontecimentos compartilhados pelos jornais, criar conteúdo a partir de perspectivas sobre os fatos, além de opinarem e levantarem movimentos mediante o acesso a estas informações.

O caso da reportagem “Mulheres trans enfrentam preconceito, abandono e violência”, apresentada no programa Fantástico da Rede Globo e conduzida pelo Doutor Dráuzio Varella, corrobora essa questão. No mês de março de 2020 eis que essa reportagem foi ao ar e duas perspectivas foram repercutidas a partir do cenário retratado na reportagem. Uma delas, de caráter solidário e empático sobre a situação em que viviam as mulheres trans dentro de uma penitenciária, já a segunda perspectiva era de indignação mediante uma das cenas transmitidas nessa reportagem, fato que desencadeou o questionamento da ética dos profissionais que participavam do manejo daquela produção.

A matéria jornalística em questão tinha como objetivo principal do tema mostrar a forma como viviam as detentas durante o período em que cumpriam pena no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, em São Paulo. Foi mostrado as atividades que realizavam, a convivência entre elas, os relacionamentos, trabalhos, inclusive a situação do ambiente em que estavam. Dessa forma, toda a condução das entrevistas foi feita a partir desse âmbito. Quando algumas presas foram selecionadas para dar entrevista, as perguntas eram formuladas de acordo com a abordagem inicial do tema, enfatizando a situação em que essas mulheres trans viviam ali, tendo em vista que essa é a “técnica de obtenção de matéria de interesse jornalístico por meio de perguntas a outrem. Na entrevista, misturam-se a provocação do jornalista e a sua força descritiva com a reação e os comentários do entrevistado, nas réplicas às questões formuladas” (BELTRÃO, 1969, p. 175).

“Há quanto tempo você está sem receber nenhuma visita na cadeia?” essa foi a pergunta que o dr. Druázio Varella fez para Suzy de Oliveira. O médico é voluntariado no sistema penitenciário e quando Suzy responde que está sem receber visitas há 8 anos, Dráuzio a abraça comovido. Além disso, Suzy ainda indaga “Nas cadeias você é obrigada a se prostituir por uma pasta de dente, um sabonete, um prato de comida.”

Um sentimento de empatia foi gerado e em apenas cinco dias após a produção da reportagem, Suzy recebeu mais de duzentas cartas e presentes, segundo a SAP (Secretaria de Administração Penitenciária). Telespectadores da reportagem se comoveram conjuntamente e comentavam passivamente em solidariedade sobre a cena. No entanto, apesar de não ser ressaltado na reportagem quais os crimes foram cometidos pelas presas, uma parcela de pessoas já conhecia o caso da mulher, que estava cumprindo pena por matar e estuprar um garoto de 13 anos como informado pela SAP.

**Figura 3 – Imagem Reprodução / TV GLOBO**



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/trans-abracada-por-drauzio-na-tv-foi-condenada-por-estupro-e-morte-de-crianca.shtml/>

Enquanto uma parcela dos telespectadores tinha conhecimento dos crimes de Suzy, que não foram abordados durante a produção da matéria, outra parcela ainda não tinha e naquele momento compreendiam apenas a temática central da reportagem em questão; a situação em que as mulheres trans viviam dentro da penitenciária. A cena do abraço foi motivo de outra vertente de repercussão, agora negativa, aquecida por internautas indignados com a cena do abraço. A partir disso, a cobertura da imprensa sobre a repercussão desses acontecimentos se deu de diferentes formas.

A influência da subjetividade no jornalismo também se reflete na atuação dos profissionais. Cada veículo de imprensa carrega em si um direcionamento na condução de suas matérias e é por meio do significado de determinadas palavras e expressões que é possível identificar o caráter desse direcionamento. A seguir, será apresentado algumas matérias produzidas pela imprensa retratando a forma como realizaram a cobertura e repercussão da reportagem do programa Fantástico mencionada no presente trabalho.

Figura 4 – Matéria jornalística



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/07/detenta-trans-suzy-ja-recebeu-234-cartas-apos-reportagem-do-fantastico-diz-secretaria-de-sp.html>.

O “G1” é um portal de notícias da Rede Globo, criado em 2006 e é desenvolvido sob orientação da Central Globo de Jornalismo. Além de compartilhar informações filtradas pelo grupo majoritário, por configurar um formato portal, o G1 é um espaço digital onde o usuário pode encontrar em uma mesma página o acesso para vídeos, textos, e-mails, notícias, entretenimento, entre outras funcionalidades e formas de conteúdo.

Uma vez que a reportagem exibida no programa Fantástico faz parte de um veículo de comunicação orientado pela Central Globo, as principais notícias são replicadas nesse portal G1. Nesse caso, o portal também mostrou a repercussão da reportagem exibida. Analisando os textos da notícia, é possível observar que o lado passivo e solidário da repercussão foi enfatizado na forma como o portal realizou a cobertura da repercussão da reportagem em questão. “Em entrevista ao médico Drauzio Varella, Suzy disse que não recebe visitas há oito anos. Além da solidão, Suzy contou sobre a dura rotina das mulheres trans no cárcere. “Na cadeia você é obrigada a se prostituir por uma pasta de dente, um sabonete, um prato de comida”. (Portal G1 de notícias)

As expressões usadas no texto, como “solidão” e “dura rotina” retratam a situação caótica em que as detentas viviam nos presídios. Com isso, o leitor, uma vez que se depara com estas informações pode refletir sobre esses sentimentos descritos. Logo abaixo dessa colocação, o texto segue “Após a reportagem, o nome de Drauzio Varella ficou nos trendingtopics do Twitter, que mostra os assuntos mais comentados pelos brasileiros nesta rede social.”.

Diante dos critérios de noticiabilidade, que são os fatores que determinam se um assunto deve ser veiculado nos jornais como já mencionado no capítulo um desta pesquisa, o

fato do portal G1 ter colocado essa informação sobre a repercussão estar no “trendingtopics” do Twiter reflete a relevância que o lado solidário da repercussão teve naquele momento. A partir da análise do discurso, a seguir é apresentado uma matriz que estabelece as relações entre as expressões utilizadas na reportagem e os ideais de reflexão que elas sugerem:

**Quadro 01 - Matriz**

EXPRESSÃO	SENTIDO
“Além da solidão”	Desamparo
“Dura rotina”	Dificuldade
“Recebeu 234 cartas após reportagem”	Comoção
“ficou nos trendingtopics do Twitter”	Relevância
“você é obrigada a se prostituir”	Injustiça

Fonte: Criado pela autora

Outro jornal que cobriu a repercussão da reportagem conduzida pelo Dr. Draúzio Varella foi a Folha de São Paulo. Com grande alcance e circulação, é controlado pelo Grupo Folha, um dos principais conglomerados de mídia do Brasil. A linha editorial do jornal é de caráter noticioso e aborda política, economia, cultura, esporte, entretenimento, entre outros. Criado em 1921, segue com um formato de produção de notícias periódicas até os dias atuais.

**Figura 5 – Jornal Folha de S. Paulo**



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/trans-abracada-por-drauzio-na-tv-foi-condenada-por-estupro-e-morte-de-crianca.shtml>.

Logo após a manchete sobre a repercussão da reportagem, o texto desenvolvido da notícia segue da seguinte forma “Suzy Oliveira, detenta abraçada pelo médico Drauzio Varella na edição de 1º de Março do Fantástico. Da TV Globo, cumpre pena em Guarulhos (SP) por estuprar e matar uma criança com menos de 14 anos usando meio cruel e recurso que

impossibilite a defesa da vítima, segundo informou a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP).” Assim, a cobertura enfatiza a gravidade do crime cometido por Suzy.

Ao decorrer dos parágrafos publicados, o texto ainda segue com as seguintes informações de que a produção da reportagem “Mulheres Trans enfrentam preconceito, abandono e violência” omitia os crimes cometidos pelas detentas. “A produção não informava, entretanto, por qual motivo as entrevistadas haviam sido condenadas, o que provocou especulações ao longo dos dias seguintes, dada a extensão de sua pena e o fato de ela não poder progredir para o regime semiaberto.”.

A seguir, a matriz referencial que analisa as expressões usadas pela Folha e que expressam de forma intencional um sentido para as reflexões a partir da cobertura da repercussão.

**Quadro 02 - Matriz**

EXPRESSÃO	SENTIDO
“Meio cruel”	Negatividade
“Não poder progredir”	Gravidade
“Recurso que impossibilite a defesa”	Imperdoável
“Provocou especulações”	Intriga
“Omitia os crimes”	Antiético
“Dada a extensão de sua pena”	Grandeza

Fonte: Criado pela autora

Ao longo da semana em que a imprensa cobria a repercussão em questão e tendo em vista a gravidade dos crimes de Suzy que foram revelados durante esse período, o programa Fantástico conjuntamente com o doutor Dráuzio Varella, decidiram fazer um pronunciamento explicando o que havia sido transmitido e por conseguinte, os veículos de comunicação também noticiaram sobre esse pronunciamento em suas plataformas.

**Figura 6 - Foto reprodução / CATRACA LIVRE**



Fonte: <https://catracalivre.com.br/cidadania/drauzio-varella-publica-nota-sobre-polemica-de-reportagem-com-suzy/>.

Criado em 2008, o jornal Catraca Livre divulga notícias de forma diária e tem como conceito empoderar os cidadãos com as temáticas que configuram suas editorias, tais como cidadania, educação, carreira e bem estar. A princípio, o jornal fundado por Gilberto Dimenstein, escritor, educador e jornalista, tinha como objetivo agrupar em uma única plataforma os eventos culturais gratuitos da cidade de São Paulo. Entretanto, hoje o jornal transmite notícias diariamente, compartilhando uma linha editorial de atualidades.

Cobrando a repercussão do pronunciamento do dr. Draúzio e do programa Fantástico, o jornal Catraca Livre segue com o seguinte texto na notícia:

Após a repercussão, Drauzio divulgou neste domingo, 8, um comunicado na qual afirma que há 30 anos frequenta penitenciárias para tratar da saúde de detentos e que não pergunta o que seus pacientes possam ter feito de errado. “Sigo essa conduta para que meu julgamento pessoal não me impeça de cumprir o juramento que fiz ao me tornar médico”. O médico afirma que segue os mesmos princípios em seu trabalho televisivo, e que não perguntou para nenhuma das entrevistadas sobre os delitos cometidos. “Sou médico, não juiz”, conclui. Esclarecimento do dr. Drauzio sobre a reportagem produzida e veiculada pelo @showdavid, no último domingo, 01 de março.”

As diferentes perspectivas sobre um fato são desenvolvidas a partir da interpretação que o público fará sobre o que está escrito, como agentes ativos dentro da atividade jornalística. Uma vez que a função do jornalismo é induzir ao juízo de fato e integrar um indivíduo à cenários da realidade, este por sua vez formulará interpretações, desenvolverá reflexões e conseqüentemente atitudes sobre aquele fato.

O caso do reclamante, do redator de “carta dos leitores”, do produtor da “opinião do ouvinte”, dos correspondentes voluntários, que noticiam, comentam, criticam, apelam, denunciam e opinam sobre tudo quanto ocorre na sua rua, no seu bairro, na sua cidade, sobre os temas e os problemas em foco (BELTRÃO, 1992, p. 113).

Dessa forma, uma matriz referencial será apresentada a seguir para mostrar a análise sobre as expressões utilizadas no texto da cobertura que o jornal *Catraca Livre* fez sobre o momento do pronunciamento dos envolvidos na reportagem.

**Quadro 03 - Matriz**

EXPRESSÃO	SENTIDO
“Não pergunta para seus pacientes o que possam ter feito de errado”	Inocência
“Segue os mesmos princípios”	Boa conduta
“Esclarecimento do Dr Dráuzio”	Consideração
“Há quase 30 anos frequenta penitenciárias”	Experiência
“O juramento que fiz ao me tornar médico”	Profissionalismo

Fonte: Criado pela autora

O fato de o jornal enfatizar o fato de que Dráuzio não sabia dos crimes cometidos e também abordar sobre os princípios que o médico segue em ambos os trabalhos (Televisivo e hospitalar) faz com que reflexões sejam desenvolvidas a partir da notícia. Assim, é possível analisar uma postura da imprensa neste caso sobre a repercussão em questão.

Em decorrência de todas as análises executadas neste trabalho, nota-se que a imprensa desenvolve sua produção jornalística com alguns indícios de subjetividade na forma de abordar reflexões sobre um fato. Seja reflexões que desencadearão uma repercussão com tendência positiva ou negativa. O autor afirma que “os relatos e as idéias expressas pelos veículos jornalísticos têm o propósito de permitir ao homem um pronunciamento, uma decisão, de impulsioná-lo à ação.” (BELTRÃO, 1980, p. 99). Dessa forma, por meio de uma tabela comparativa, pode ser observada a diferença entre os sentidos das expressões utilizadas por cada veículo de imprensa ao realizar a cobertura da reportagem trazida no presente trabalho:

**Quadro 04 - Matriz**

<b>Portal G1</b>	<b>Folha de S. Paulo</b>	<b>Catraca Livre</b>
Desamparo	Negatividade	Inocência
Dificuldade	Gravidade	Boa conduta
Comoção	Imperdoável	Consideração
Relevância	Intriga	Experiência
Injustiça	Antiético	Profissionalismo

Fonte: Criado pela autora

A saber, o intuito da reportagem “Mulheres trans enfrentam preconceito, abandono e violência” era transmitir informações sobre a situação das mulheres na penitenciária e, portanto, proporcionar juízo de fato sobre esse cenário para os telespectadores que assistiam. No entanto, a cobertura que a imprensa fez sobre a repercussão dessa reportagem permite que várias vertentes de interpretação possam surgir, proporcionando assim alguns juízos de valor por meio de diferentes sentidos de expressões que foram usados indicando a subjetividade na execução do serviço da imprensa.

A fim de que bem exerça as suas funções e não forneça ao leitor aquelas notícias sem valia, que desacreditam o jornal, tornando inócuo, há que o jornalista saber quais os fatos que devem se transformar em notícias, ou, por outras palavras conhecer os critérios de identificação e julgamento dos incidentes que devem interessar e importar ao leitor, figurando nas colunas de jornal (BELTRÃO, 1969, p 85).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura da reportagem “Mulheres trans enfrentam preconceito, abandono e violência” pode contribuir para uma pesquisa investigativa sobre técnicas, composição e estratégias de apuração. Temas que se repetem em diferentes acontecimentos e veículos de comunicação, sobretudo quando envolve um recorte temporal e forma juízo de valor.

A reportagem, inicialmente transmitida pelo programa Fantástico da Rede Globo, foi repercutida nos seguintes jornais; Portal G1, Folha de São Paulo e Catraca Livre. Sabe-se que a função da atividade jornalística ética e profissional é se consolidar de forma imparcial, mediante os fatos, atuando em função do interesse público, compartilhando notícias verídicas. Tendo em vista tais diretrizes da profissão, esperava-se que a produção das notícias referentes à cobertura da reportagem, em questão, fosse executada, proporcionando apenas um juízo de fato, pois assim o público poderia formar sua própria opinião e juízo de valor sobre o acontecimento.

Entretanto, percebeu-se que a imprensa realizou seu trabalho com indícios de subjetividade ao repercutir a reportagem mencionada, induzindo determinadas perspectivas ao público leitor. O significado de algumas palavras usadas pelos veículos nos textos que abordam tal repercussão induz o público a gerar reflexões, já direcionadas para um lado positivo ou negativo, em relação ao que está sendo noticiado. Analisou-se, por meio de matrizes referenciais e comparativas, a diferença entre os sentidos destas palavras. Enquanto o Portal G1 realizou uma cobertura com ênfase no desamparo e nas dificuldades enfrentadas por Suzy, dentista entrevistada, o jornal Folha de São Paulo enfatizou a gravidade dos crimes que ela havia cometido e a grandeza da pena que cumpria no presídio. Já o jornal Catraca livre proporcionou ênfase na boa conduta e profissionalismo do Dr Dráuzio Varella, médico que conduziu a reportagem transmitida no programa Fantástico.

Dessa forma, a pesquisa leva à conclusão de que a subjetividade está atrelada ao significado que um conteúdo jornalístico transmite. Escolheras palavras de uma produção textual e o fato que será enfatizado, é parte da função dos profissionais jornalistas. Sendo indivíduos com opiniões sobre os acontecimentos, a subjetividade na atuação profissional acaba sendo refletida dessa forma. Com isso, é estabelecido que a subjetividade influencia diretamente na repercussão do conteúdo, desencadeando várias vertentes de perspectivas sobre um mesmo acontecimento.

## REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, L. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CAMPANÁRIO, Milton. Proposta para a produção tecnológica e técnica da área de ciências sociais aplicadas. **Revista de administração e inovação (RAI)**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 2-5, set. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/973/97323719001.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- CATRACA LIVRE. **Dráuzio Varella publica nota sobre polêmica de reportagem com Suzy**. 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/drauzio-varella-publica-nota-sobre-polemica-de-reportagem-com-suzy/>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Trans abraçada por Dráuzio na TV foi condenada por estupro e morte de criança**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/trans-abracada-por-drauzio-na-tv-foi-condenada-por-estupro-e-morte-de-crianca.shtml/> Acesso em: 27 nov. 2020.
- LAGE, N. **O controle da opinião pública: um ensaio sobre a verdade conveniente**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LEVY, P. **As Tecnologias da Inteligência: O futuro do Pensamento na Era da Informática**. Rio de Janeiro: 34, 2008.
- MACHADO, Arlindo. **A Televisão levada a sério**. SENAC: São Paulo, 2000.
- MEDEIROS, Vicente Reis. **Genialidade do líder: guia para comunicar a identidade de uma empresa**. 2011. 25 f. Monografia (Especialização) - Curso de MBA O Empreendedor e A Cultura Humanista, Antonio Meneghetti Faculdade, Restinga Sêca, 2011. Disponível em: <http://repositorio.faculdadeam.edu.br/xmlui/handle/123456789/538>. Acesso em: 27 nov. 2021.
- PORTAL G1. **Detenta trans Suzy já recebeu 234 cartas após reportagem do fantástico diz secretaria de SP**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/07/detenta-trans-suzy-ja-recebeu-234-cartas-apos-reportagem-do-fantastico-diz-secretaria-de-sp.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.